

ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VACARIA.

REFERENTE AO EDITAL DE LICITAÇÃO
MODALIDADE TOMADA DE PREÇO 18/2015

MICROCABLE SERVIÇOS EM TELECOMUNICAÇÕES E ENERGIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.101.531/0001-73, com sede na AV. Duque de Caxias, 1540, Lages, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo seu advogado DANIEL RICARDO VIANA, inscrito na OAB-SC 26.595, residente e domiciliado na cidade de Lages – SC, vem mui respeitosamente e tempestivamente, com espeque no art. 109 da Lei nº 8.666 □ 1.993; art. 9º da Lei nº 10.520 □ 2.002, bem como no art. 5º, incisos XXXIV (letra “a”) e LV, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; e de acordo com o Edital de Licitação, Modalidade Tomada de Preços n. 18/2015, promovido pela PREFEITURA DE VACARIA.

RECURSO ADMINISTRATIVO

Dos atos administrativos, contra a decisão da comissão de licitação pelo não atendimento na proposta de preços onde foi mencionado que há divergência nos valores da planilha apresentada pela empresa MicroCable que apresentou alguns itens onde a multiplicação dos valores unitários pela quantidade resultam em valores diferente dos apresentados na proposta.

1. DOS FATOS

A Recorrente –**MICROCABLE**– é empresa experiente e atuante no mercado decabeamento e elétrica. Sempre atenta à responsabilidade sobre seus atos, de seus representantes e de seus empregados, bem como sempre atenta as **especificações editalícias, tomou todos os cuidados** necessários ao proceder a documentação para habilitação e apresentar a sua proposta de preço ao processo licitatório em questão.



A empresa **MICROCABLE** participou do Edital de Licitação, modalidade Tomada de Preços n. 18/2015, promovido pela Prefeitura de Vacaria, no qual a empresa foi credenciada, cuja documentação conferida e aceite pelo pregoeiro, equipe de apoio e licitantes presentes; nos termos da Instrução Normativa SLTI ☐ MPOG n° 2, de 16 de setembro de 2009, sendo encerrada a etapa de habilitação, bem como examinadas os documentos das licitantes..

Questionamento da comissão de licitação:

“a proposta da licitante ora mencionada apresentou divergências, pois em alguns itens, a multiplicação dos valores unitários pela quantidade resultavam em valores diversos dos apresentados na proposta”

Salientamos que empresa MicroCable foi atenta na montagem da proposta, onde utilizou-se da ferramenta Microsoft Excel para a montagem da planilha dos valores constante na proposta de preços.

Sabemos que ao usarmos a planilha Excel descartamos os erros de cálculos, porém sabemos também que o uso da planilha Excel gera um valor mais preciso onde ele usa todas as casas decimais em suas operações aritméticas.

Como o edital solicita que a proposta seja apresentada apenas duas casas decimais depois da virgula, as demais casas decimais não aparecem na planilha da proposta porém foram contabilizados pelo Excel.

Quando usado esses formato de cálculo em um item onde a quantidade é muito grande, o resultado da multiplicação pode gerar um valor final diferente (mesmo que irrelevante) se for calculado somente usando duas casas decimais após a virgula.

Anexo a este recurso estamos enviando a própria planilha Excel onde foi usado para formação dos preços a comissão poderá estar fazendo as devidas conferências.

Além disto, caberia também a comissão (e justificadamente) a correção das multiplicações dos itens encontrados como divergentes (multiplicação do Excel (todas as casas decimais) X multiplicação feito em uma calculadora (apenas duas casas decimais após a virgula)).

A lei IN n° 02/08 prevê que, “A análise da exequibilidade de preços nos serviços continuados com dedicação exclusiva da mão de obra do prestador deverá ser realizada com o auxílio da planilha de custos e formação de preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final de preço” (Art. 29-A, *caput*). E nesse caso, **“Diferenças do valor gerado pelo Excel divergente do valor gerado por uma calculadora usando somente as duas primeiras casas decimais após a virgula não são motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a Planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação”** (Art. 29-A, § 2°).

Contudo, a Instrução Normativa n° 02/08 é um ato administrativo, dessa forma, sujeito aos limites da lei. Daí porque, se de acordo com a IN n° 02/08, erros no preenchimento da planilha não são motivo suficiente para a desclassificação da proposta, admitindo-se a sua correção sem a majoração do preço ofertado, deve-se concluir que, a princípio, esse procedimento atende aos limites do art. 43, § 3° da Lei n° 8.666/93. Pelo menos, até o presente momento, **nenhum órgão competente declarou a ilegalidade dos arts. 24 e 29-A, § 3° da IN n° 02/08.**

DO DIREITO

No caso posto em tela, a empresa Recorrente requer a habilitação da proposta de preços apresentado a este processo de licitação, buscando-se uma melhor e justa decisão por parte

do Presidente da Comissão de Licitação, no que diz respeito a permitir o contraditório e a ampla defesa, além do fato da empresa preencher os requisitos exigidos no edital previamente fixado.

O Eminente Órgão Julgador deverá estar atento aos princípios constitucionais elencados no art. 37 da Constituição Federal, sem deixar de aplicar ao presente caso, os princípios da legalidade de cada licitante, evitando-se com isso decisões conflitantes com o ordenamento jurídico e entendimento jurisprudencial dos Tribunais pátrios.

2. DOS PEDIDOS – REQUERIMENTOS:

Em face do exposto, a empresa Recorrente, requer, respeitosamente, a Vossa Senhoria:

- A) Seja o presente recurso julgado procedente em todos os seus termos, declarando-se a HABILITAÇÃO por definitiva a empresa MicroCable.

*Nestes termos,
Pede e espera deferimento deste recurso.*

Lages (SC), 14 de Janeiro de 2016.


Daniel Ricardo Viana
OAB-SC 26595